

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2022



# Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos

## Concurso Público para preenchimento de vagas de Agente Administrativo da Assistência Social

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'J10', Tipo 002Nº de Inscrição  
MODELONº do Caderno  
TIPO-002Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Felicidade traz satisfação individual que é necessária para a sobrevivência.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Leia a crônica para responder às questões de números 1 a 11.

O dono do pequeno restaurante é amável, sem derrame, e a fregueses mais antigos oferece, antes do menu, o jornal do dia “facilitado”, isto é, com traços vermelhos cercando as notícias importantes. Vez por outra, indaga se a comida está boa, oferece cigarrinho, queixa-se do resfriado crônico e pergunta pelo nosso, se o temos; se não temos, por aquele regime começado em janeiro, e de que desistimos. Também pelos filmes de espionagem, que mexem com ele na alma.

Espetar a despesa não tem problema, em dia de barra pesada. Chega a descontar o cheque a ser recebido no mês que vem (“Falta só uma semana, seu Adelino”).

Além dessas delícias raras, seu Adelino faculta ao cliente dar palpites ao cozinheiro e beneficiar-se com o filé mais fresquinho, o palmito de primeira, a batata feita na hora, especialmente para os eleitos. Enfim, autêntico papo-firme.

Uma noite dessas, o movimento era pequeno, seu Adelino veio sentar-se ao lado da antiga freguesa. Era hora do jantar dele, também. O garçom estendeu-lhe o menu e esperou. Seu Adelino, calado, olhava para a lista inexpressiva dos pratos do dia. A inspiração não vinha. O garçom já tinha ido e voltado duas vezes, e nada. A freguesa resolveu colaborar:

– Que tal um fígado acebolado?

– Acabou, madame – atalhou o garçom.

– Deixe ver... Assada com coradas, está bem?

– Não, não tenho vontade disso – e seu Adelino sacudiu a cabeça.

– Bem, estou vendo aqui umas costeletas de porco com feijão-branco, farofa e arroz...

– Não é mau, mas acontece que ainda ontem comi uma carnezita de porco, e há dois dias que me servem feijão ao almoço – ponderou.

A freguesa de boa vontade virou-se para o garçom:

– Aqui no menu não tem, mas quem sabe se há um bacalhau a qualquer coisa? – pois seu Adelino (refletiu ela) é português, e como todo lusíada que se preza, há de achar isso a pedida.

Da cozinha veio a informação:

– Tem bacalhau à Gomes de Sá. Quer?

– Pode ser isso – concordou seu Adelino, sem entusiasmo.

Ao cabo de dez minutos, veio o garçom brandindo o Gomes de Sá. A freguesa olhou o prato, invejando-o, e, para estimular o apetite de seu Adelino:

– Está uma beleza!

– Não acho muito não – retorquiu, inapetente.

O prato foi servido, o azeite adicionado, e seu Adelino traçou o bacalhau, depois de lhe ser desejado bom apetite. Em silêncio.

Vendo que ele não se manifestava, sua leal conviva interpelou-o:

– Como é, está bom?

Com um risinho meio de banda, fez a crítica:

– Bom nada, madame. Isso não é bacalhau à Gomes de Sá nem aqui nem em Macau. É bacalhau com batatas. E vou lhe dizer: está mais para sem gosto do que com ele. A batata me sabe a insossa, e o bacalhau salgado em demasia, ai!

A cliente se lembrou, com saudade vera, daquele maravilhoso Gomes de Sá que se come em casa de d. Concessa. E foi detalhando:

– Lá em casa é que se prepara um legal, sabe? Muito tomate, pimentão, azeite de verdade, para fazer um molho pra lá de bom, e ainda acrescentam um ovo...

Seu Adelino emergiu da apatia, comoveu-se, os olhos brilhando, desta vez em sorriso aberto:

– Isso mesmo! Ovo cozido e ralado, azeitonas portuguesas, daquelas... Um santo, santíssimo prato!

Mas, encarando o concreto:

– Essa gente aqui não tem a ciência, não tem a ciência!

– Espera aí, seu Adelino, vamos ver no jornal se tem um bom filme de espionagem para o senhor se consolar.

Não tinha, infelizmente.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **70 histórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 110-111)

1. Na crônica, a freguesa é caracterizada como

- (A) irônica.
- (B) introspectiva.
- (C) solícita.
- (D) volúvel.
- (E) impertinente.



2. e pergunta pelo nosso, se o temos (1º parágrafo)  
O garçom estendeu-lhe o menu (4º parágrafo)
- Os termos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a
- (A) resfriado – seu Adelino  
(B) resfriado – garçom  
(C) cigarrinho – seu Adelino  
(D) resfriado – freguesa  
(E) cigarrinho – freguesa
- 
3. Considerando-se o contexto, a substituição do termo sublinhado pelo indicado entre parênteses altera o sentido do seguinte trecho:
- (A) os olhos brilhando, desta vez em sorriso aberto (franco)  
(B) queixa-se do resfriado crônico (insignificante)  
(C) Enfim, autêntico papo-firme (genuíno)  
(D) sua leal conviva interpelou-o (fiel)  
(E) Seu Adelino emergiu da apatia (indiferença)
- 
4. Com um risinho meio de banda, fez a crítica:  
– Bom nada, madame. Isso não é bacalhau à Gomes de Sá nem aqui nem em Macau. É bacalhau com batatas.
- No contexto em que se insere, o termo “banda” deve ser entendido na seguinte acepção:
- (A) conjunto de instrumentos de sopro e percussão.  
(B) metade.  
(C) parte lateral; lado.  
(D) tira de tecido usado como acabamento ou enfeite.  
(E) grupo de seres ou de coisas; bando.
- 
5. Vendo que ele não se manifestava, sua leal conviva interpelou-o
- Em relação à oração que o sucede, o trecho sublinhado exprime ideia de
- (A) condição.  
(B) finalidade.  
(C) consequência.  
(D) oposição.  
(E) causa.
- 
6. Verifica-se o emprego de voz passiva no seguinte trecho:
- (A) Ao cabo de dez minutos, veio o garçom brandindo o Gomes de Sá  
(B) O garçom já tinha ido e voltado duas vezes  
(C) seu Adelino faculta ao cliente dar palpites ao cozinheiro  
(D) O prato foi servido, o azeite adicionado  
(E) o movimento era pequeno, seu Adelino veio sentar-se ao lado da antiga freguesa
- 
7. O termo sublinhado em a freqüeses mais antigas oferece, antes do menu, o jornal do dia “facilitado” exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:
- (A) O garçom estendeu-lhe o menu e esperou  
(B) seu Adelino veio sentar-se ao lado da antiga freguesa  
(C) Ve por outra, indaga se a comida está boa  
(D) Uma noite dessas, o movimento era pequeno  
(E) seu Adelino faculta ao cliente dar palpites ao cozinheiro
- 
8. por aquele regime começado em janeiro, e de que desistimos.
- Se o verbo “desistimos” for substituído por “renunciamos”, o trecho sublinhado deve assumir a seguinte redação:
- (A) do que  
(B) do qual  
(C) ao qual  
(D) pelo qual  
(E) por que



9. Ao ser transposto para o discurso **indireto**, o trecho – *Pode ser isso – concordou seu Adelino* assume a seguinte redação:
- (A) Seu Adelino concordou que podia ser aquilo.
  - (B) Seu Adelino concordou que pudera ser aquilo.
  - (C) Seu Adelino concordou: – Podia ser isso.
  - (D) Seu Adelino concordou que poderá ser aquilo.
  - (E) Seu Adelino concordou: – Poderia ser isso.
- 
10. – *Aqui no menu não tem, mas quem sabe se há um bacalhau a qualquer coisa? – pois seu Adelino (refletiu ela) é português, e como todo lusíada que se preza, há de achar isso a pedida.*
- Os termos sublinhados constituem, respectivamente,
- (A) pronome e preposição.
  - (B) preposição e artigo.
  - (C) artigo e artigo.
  - (D) preposição e pronome.
  - (E) artigo e pronome.
- 
11. O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em:
- (A) Seu Adelino **emergiu** da apatia
  - (B) Da cozinha **veio** a informação
  - (C) Vez por outra, **indaga** se a comida está boa
  - (D) seu Adelino **sacudiu** a cabeça
  - (E) Uma noite dessas, o movimento **era** pequeno
- 

12. Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos diariamente desde a infância. A maior parte das pessoas <sup>I</sup>... quem se fizer a pergunta “O que é história?” se considerará em condições de respondê-la. Mas, ao tentar uma resposta, a pessoa se enrolará, não chegando <sup>II</sup>... nenhuma definição precisa, ou dirá, com certo desinteresse, refletindo um consenso mais ou menos geral: “A história é o que já aconteceu <sup>III</sup>... muito tempo”.

(Adaptado de: BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 7)

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – à – à.
  - (B) à – a – à.
  - (C) a – à – há.
  - (D) a – a – há.
  - (E) a – a – a.
- 
- Noções de Direitos Humanos**
13. Conceito filosófico central no qual se fundam todos os direitos humanos e segundo o qual os seres humanos, pelo simples fato de serem humanos, são dotados de um valor intrínseco, sem preço, sendo sujeitos de sua própria vida. A afirmação se refere ao conceito de
- (A) personalidade.
  - (B) responsabilidade.
  - (C) dignidade.
  - (D) ética.
  - (E) liberdade.
- 
14. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos referem-se à religião para, expressamente,
- (A) reconhecer o dever do Estado em garantir com plenitude o direito de acesso do cidadão a cultos e práticas religiosas de sua escolha.
  - (B) afirmar que seus princípios de direitos humanos, em caso de conflito, sempre prevalecem sobre os princípios religiosos.
  - (C) declarar que a liberdade de manifestar a própria religião não poderá se sujeitar a limitações por parte das leis internas de cada país.
  - (D) afirmar que será proibida por lei qualquer apologia ao ódio religioso que constitua incitamento à hostilidade.
  - (E) declarar que o Estado deve ser laico, não devendo se orientar em qualquer hipótese por preceitos religiosos.
-



15. Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso
- (A) enquanto estiver prestando trabalho cívico, por convocação oficial, em ação destinada à preservação do bem-estar social.
  - (B) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.
  - (C) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.
  - (D) se descumprir lei que afronte os princípios e regras de direitos humanos.
  - (E) apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.
- 
16. O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,
- (A) surgem os primeiros tratados internacionais para reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil e oferecer proteção para militares capturados ou feridos.
  - (B) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.
  - (C) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.
  - (D) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.
  - (E) passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.
- 
17. É exemplo de situação fática de violação de um direito social e/ou econômico a condição de
- (A) uma pessoa impedida de escolher seus governantes por meio de eleições periódicas e legítimas.
  - (B) um idoso sem condições de trabalhar e excluído de qualquer benefício previdenciário ou assistencial.
  - (C) uma pessoa que não pode circular pelas ruas pelo risco de ser vítima de bala perdida.
  - (D) um preso assassinado por facções criminosas dentro do sistema penitenciário.
  - (E) uma pessoa que, em razão de ser mulher e negra, não consegue oportunidade de emprego.
- 
18. Em ação socioassistencial de rotina, a equipe encontra Jean, que vive em situação de rua e esclarece ser estrangeiro que entrou ilegalmente no Brasil, deixando seu país onde se diz perseguido por pertencer a grupo político de oposição ao governo. Jean, nesse caso, segundo a normativa nacional e internacional vigente,
- (A) ficará sob custódia da polícia federal até que seja comprovada a veracidade de suas alegações.
  - (B) pode ter reconhecida sua condição de refugiado.
  - (C) deve ser deportado para seu país de origem sem ter direito de acesso aos serviços públicos locais de saúde nem de assistência social.
  - (D) por sua condição de estrangeiro irregular não poderá ser encaminhado para um serviço de acolhimento.
  - (E) pode solicitar anistia e indulto político no Brasil.
- 

#### Noções de Direitos para Pessoas com Deficiência

19. O benefício da prestação continuada corresponde
- (A) ao programa de transferência de renda do governo federal cujo objetivo é atender famílias de pessoas com deficiência com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo.
  - (B) ao benefício previdenciário pago pela prefeitura a todas as pessoas com deficiência que comprovem sua incapacidade para o trabalho.
  - (C) ao benefício da assistência social que garante renda mensal de um salário mínimo a pessoas com deficiência e a idosos que comprovem não possuir meios de se manter ou de ser mantidos por suas famílias.
  - (D) à aposentadoria devida a deficientes maiores de idade em situação de abandono familiar e sem condições de obter sustento pelo próprio trabalho.
  - (E) ao pagamento mensal de até dois salários mínimos para famílias integradas por pessoas com deficiência dependentes e sem renda própria.
- 
20. Luciano é criança com deficiência intelectual e cadeirante. Está matriculado em escola pública da rede regular de educação e enfrenta diariamente três dificuldades: 1) não há guias rebaixadas nas calçadas para facilitar a travessia das ruas com a cadeira de rodas até chegar à escola; 2) na escola, os funcionários não permitem que ele explore todos os espaços do prédio, temendo que ele se machuque; 3) na escola não existe elevador que lhe permita chegar ao laboratório de ciências, que fica no segundo andar. Considerando os conceitos trazidos na lei brasileira de inclusão, Luciano enfrenta, respectivamente, nas situações 1, 2 e 3, barreiras
- (A) urbanísticas; atitudinais; arquitetônicas.
  - (B) de mobilidade; simbólicas; científicas.
  - (C) de acessibilidade; de segurança; tecnológicas.
  - (D) físicas; de superproteção; de transporte.
  - (E) arquitetônicas; de oportunidade; de inclusão.
-



21. Seguindo a regra expressa da legislação vigente, a avaliação da deficiência, quando necessária, será de natureza
- (A) ampla, mas com ênfase nos aspectos que atendam a finalidade para a qual foi solicitada, devendo ser realizada preferencialmente por equipe de referência no atendimento longitudinal do avaliado.
  - (B) médica, mediante emissão de laudo que aponte a condição do avaliado, segundo critérios diagnósticos do CID (Código Internacional de Doenças).
  - (C) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, impedimentos do corpo, limitação de atividades e restrição de participação.
  - (D) biopsíquica, realizada por equipe de saúde que considere simultaneamente as restrições de natureza física e mental.
  - (E) funcional, devendo ser promovida por médico ou profissional de saúde habilitado, a partir dos critérios da Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde do Ministério da Saúde.
- 
22. Tem previsão expressa na Constituição Federal a regra que garante à pessoa com deficiência
- (A) acesso a tecnologias assistivas para superar barreiras à integração social.
  - (B) direito ao auxílio-inclusão quando se tratar de deficiência moderada ou grave.
  - (C) prioridade no atendimento pela política habitacional.
  - (D) acessibilidade plena em todos os prédios públicos.
  - (E) reserva de percentual dos cargos e empregos públicos.
- 
23. Maria, pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, residente em local remoto sem transporte público acessível, não consegue sair de casa sem que isso lhe acarrete forte sofrimento, gerando ônus desproporcional e indevido. Por conta disso não tem podido dar andamento a pedido de benefício previdenciário, programa de transferência de renda, consultas médicas, entre outros. Para Maria superar esta barreira que dificulta a tutela de seus direitos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência
- (A) dá a ela o direito de encaminhar solicitação de atendimento domiciliar ao órgão que lhe exigir o atendimento presencial.
  - (B) reconhece seu direito a transporte individual e especial, ainda que por ambulância, aos locais onde funcionam os serviços de que necessita.
  - (C) determina que cada serviço público a cujo acesso Maria está privada, disponibilize um veículo próprio para transportá-la até o local de atendimento da forma mais humanizada possível.
  - (D) diz que Maria deverá se fazer representar por pessoa de sua confiança, em favor de quem emitirá procuração com firma reconhecida.
  - (E) assegura sua remoção, ainda que transitória, a residência inclusiva, onde disporá de assistência na área de saúde e acesso aos demais serviços de que necessitar por intermédio dos profissionais da instituição.
- 
24. As adaptações razoáveis visam assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. Segundo a definição legal, elas correspondem
- (A) às alterações substanciais de objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização e pontos de acesso às telecomunicações.
  - (B) às melhorias necessárias para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.
  - (C) à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de projeto específico.
  - (D) a estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência.
  - (E) a ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.
- 

#### Noções de Legislação

25. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Liberdade Assistida é medida que pode ser aplicada
- (A) por decisão do Conselho Tutelar, revista pela autoridade judiciária, a adolescente autor de ato infracional sem violência ou grave ameaça.
  - (B) pelo Conselho Tutelar a crianças e adolescentes em razão de se encontrarem em situação de violação de direitos por sua própria conduta.
  - (C) pela autoridade judiciária a adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
  - (D) pelo Ministério Público contra crianças autoras de delito de menor potencial ofensivo e que estejam em situação de risco pessoal ou social.
  - (E) pela autoridade judiciária, a pedido da autoridade policial, em caso de reiteração de infrações patrimoniais por parte de crianças e adolescente.



26. Considere a seguinte definição: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Tal definição se refere ao que a Lei Orgânica de Assistência Social denomina
- (A) seguridade social assistencial, ofertada por organizações de assistência social de atendimento, assessoramento e garantia de direitos.
  - (B) assistência social básica, ofertada pelo conjunto articulado dos serviços socioassistenciais instalados no território.
  - (C) proteção social básica, ofertada precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras).
  - (D) proteção social especial, ofertada precipuamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
  - (E) provisão socioassistencial continuada, ofertada pelos Núcleos de Proteção Jurídico Social da atenção básica.
- 
27. Um incêndio destruiu casas e deixou desalojadas centenas de pessoas residentes em comunidade pobre do município. Numa situação dessas cabe intervenção, segundo previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, do(s) serviço(s) de
- (A) regularização documental, reconstrução habitacional e auxílio emergencial para as famílias afetadas pelo incêndio.
  - (B) acolhimento institucional provisório em família acolhedora para as crianças desalojadas, vinculado à proteção de média complexidade.
  - (C) proteção em situações de calamidades públicas e emergência, sediado no âmbito da proteção social especial de alta complexidade.
  - (D) alojamento provisório de famílias e indivíduos, oferecido por entidades beneficentes com apoio do poder público.
  - (E) auxílio e cadastramento de famílias desalojadas para fins de concessão de auxílio-aluguel por período determinado.
- 
28. Segundo expressa previsão do Estatuto do Idoso, a assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada
- (A) em caráter excepcional e de urgência, cabendo comunicação imediata ao Conselho do Idoso, que tomará todas as providências para garantir o retorno do idoso à família assim que possível.
  - (B) quando o idoso não fizer jus a benefício previdenciário ou assistencial e optar pela vida institucional.
  - (C) ao idoso com perda de autonomia para as atividades de vida diária que não disponha de rede sociofamiliar.
  - (D) ao idoso necessitado e dependente, por decisão do Conselho do Idoso, após esgotadas as alternativas para mantê-lo no seio de sua família ou família substituta.
  - (E) ao idoso quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.
- 
29. Segundo o art. 194 da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à
- (A) previdência social, à assistência social e à saúde.
  - (B) saúde, à educação e à assistência social.
  - (C) assistência social, ao emprego e à previdência social.
  - (D) saúde, à educação e à previdência social.
  - (E) educação, ao emprego e à previdência social.
- 
30. Neusa não tem parentesco com Mateus, 8 anos, e o cria desde que tinha um ano de vida. Considera o menino como seu filho e gostaria que ele tivesse, no registro de nascimento, o nome dela como mãe. Para alcançar seu objetivo,
- (A) é necessário antes de tudo provar na Justiça que nem a mãe, nem outros parentes próximos à criança têm interesse e condições de criar Mateus.
  - (B) Neusa deve procurar o conselho tutelar e, provando o tempo de convívio com Mateus, pedir o reconhecimento da maternidade em relação à criança.
  - (C) a mãe de Mateus deve autorizar, no cartório de registro civil, a substituição de seu nome pelo nome de Neusa na certidão de nascimento da criança.
  - (D) Neusa tem de obter a tutela de Mateus na Justiça e depois solicitar, direto no cartório de registro civil, ainda que a mãe biológica discorde, reconhecimento de sua condição de mãe da criança.
  - (E) Neusa precisa requerer na Justiça a adoção de Mateus, que pode ser concedida pelo juiz mesmo que a mãe da criança não concorde.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. As necessidades psicológicas são necessidades secundárias aprendidas e adquiridas durante a vida. A necessidade de segurança íntima
- (A) se relaciona às necessidades de autorrealização e de satisfação com aspectos diversos da vida.
  - (B) leva os indivíduos à autodefesa e à procura de proteção contra o perigo, ameaça ou privação.
  - (C) se relaciona à necessidade de participar com outras pessoas de algum evento ou empreendimento.
  - (D) se refere à maneira pela qual cada pessoa se vê e se avalia, ao autorrespeito e à consideração que tem para consigo mesma.
  - (E) se refere à necessidade de dar e receber afeto, amor e carinho.
- 
32. Mariana, secretária de um respeitado escritório de direito localizado em Brasília, precisa escrever uma carta para três destinatários: ao presidente da Petrobrás, ao Ministro da Educação e ao Ministro de Relações Exteriores. As formas de tratamento corretas para as cartas são, respectivamente:
- (A) Senhor – Senhor – Senhor
  - (B) Respeitável – Vossa Excelência – Vossa Excelência
  - (C) Digníssimo – Vossa Excelência – Vossa Excelência
  - (D) Vossa Excelência – Vossa Excelência – Vossa Excelência
  - (E) Digníssimo – Ilustríssimo – Ilustríssimo
- 
33. Preocupados com a destinação do lixo na cidade em que moram, Francisco, Luísa e Mário decidem fundar uma Organização Não Governamental (ONG) para criar ações de conscientização e tratamento adequado de resíduos na cidade. A primeira coisa que devem fazer é
- (A) estabelecer os direitos e deveres de todos os diretores da ONG.
  - (B) pagar a taxa de registro da organização na Junta Comercial.
  - (C) convocar uma reunião por divulgação em jornais e/ou redes sociais para mobilizar a população.
  - (D) fazer o registro legal no cartório da cidade.
  - (E) definir o quadro de diretores e funções de cada membro.
- 
34. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos na área da saúde que deseja solicitar o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), instrumento que possibilita à organização usufruir de isenções de contribuições sociais, deve cumprir o requisito de
- (A) atuação máxima de 3 anos, renováveis por mais 2, comprometendo-se a não solicitar novo Cebas após esse prazo.
  - (B) estar legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento na cidade em que a sede da empresa é constituída, independente do tempo de atuação.
  - (C) destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a organizações sem fins lucrativos congêneres ou a organizações públicas.
  - (D) destinar pelo menos 90% de seus atendimentos de forma gratuita à população, estipulando as formas de acesso em sites ou jornais.
  - (E) atuação máxima de 5 anos, renováveis por mais 5, comprometendo-se a não solicitar novo Cebas após esse prazo.
- 
35. Arquivística é
- (A) o setor municipal onde são arquivados todos os documentos referentes aos imóveis da cidade, excluindo o seu histórico.
  - (B) o setor municipal onde são arquivados todos os documentos referentes aos imóveis da cidade, incluindo o seu histórico.
  - (C) a norma de conservação de arquivos físicos e definição de regras e procedimentos para a digitalização destes documentos.
  - (D) a norma de conservação de arquivos digitais e definição de regras e procedimentos para impressão destes arquivos.
  - (E) a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos.
- 
36. As organizações do terceiro setor têm sido pioneiras na criação e manutenção de redes que operam nos níveis local, regional, nacional e internacional, trocando informações e articulando ações em torno de um objetivo comum. Uma rede fundamenta-se na
- (A) conectividade e informação disseminada exclusivamente pelo núcleo da rede aos demais membros.
  - (B) autonomia dos integrantes, valores e objetivos compartilhados e multiliderança.
  - (C) estrutura centralizada, em que os objetivos são passados a membros distintos da rede.
  - (D) obrigatoriedade de termo de cooperação entre os membros e estrutura organizacional com hierarquia dos integrantes.
  - (E) participação voluntária, vinculada a uma subordinação aos membros do núcleo da rede.





37. *Feedback* e Ruído são partes fundamentais do processo de comunicação organizacional. São conceituadas, resumidamente, como:
- (A) *Feedback* é o processo pelo qual a mensagem é transformada em símbolos passíveis de ser transmitidos, e Ruído é a resposta do receptor, indicando que recebeu a mensagem.
  - (B) *Feedback* é a resposta do receptor, indicando que recebeu a mensagem e a compreendeu, e Ruído é o processo pelo qual o receptor interpreta a mensagem que lhe foi enviada.
  - (C) *Feedback* é o processo pelo qual os símbolos que representam a mensagem são enviados ao receptor, e Ruído é qualquer distúrbio que provoque interferência ou distorções na comunicação.
  - (D) *Feedback* é a resposta do receptor, indicando que recebeu a mensagem e a compreendeu, e Ruído é qualquer distúrbio que provoque interferência ou distorções na comunicação.
  - (E) *Feedback* é o processo pelo qual o receptor interpreta a mensagem que lhe foi enviada, e Ruído é o processo pelo qual os símbolos representam o conteúdo da mensagem.
- 
38. Dois dos fundamentos da Premiação Melhores em Gestão (MG), premiação que era conhecida anteriormente por Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), são o Aprendizado Organizacional e Inovação e Liderança Transformadora. No Aprendizado Organizacional e Inovação,
- (A) as empresas precisam compreender as necessidades e demandas, bem como o estabelecimento de pactos com as partes interessadas e suas inter-relações com as estratégias da empresa. Na Liderança Transformadora faz-se necessária a percepção de que todas as atividades da organização possuem relação de independência, seja internamente, seja entre a organização e o ambiente com o qual interage.
  - (B) a organização, seus colaboradores e redes precisam sempre buscar novos patamares de competência, por meio de um ciclo de aprendizado permanente. Na Liderança Transformadora a atuação dos líderes deve ocorrer de forma ética, inspiradora, exemplar e comprometida com a excelência, mobilizando as pessoas em torno de valores, princípios e objetivos da empresa, preparando líderes e pessoas.
  - (C) os colaboradores precisam aprender exclusivamente sobre as relações, internas e externas, de dependência entre a organização e o mercado. Na Liderança Transformadora a atuação dos líderes deve ocorrer de forma ética, inspiradora, exemplar e comprometida com a excelência, mobilizando as pessoas em torno de valores, princípios e objetivos da empresa, preparando líderes e pessoas.
  - (D) as empresas precisam compreender as necessidades e demandas, bem como o estabelecimento de pactos com as partes interessadas e suas influências nas estratégias da empresa. Na Liderança Transformadora a empresa deve ter agilidade, com ciclos lentos de aprendizagem, respeitando a velocidade da implementação de melhorias.
  - (E) a organização, seus colaboradores e redes precisam sempre buscar novos patamares de competência, por meio de um ciclo de aprendizado permanente. Na Liderança Transformadora, por sua vez, faz-se necessária a percepção de que todas as atividades da organização possuem relação de independência, seja internamente, seja entre a organização e o ambiente com o qual interage.
- 
39. Mário, gerente de *supply chain* de uma empresa nova, com pouco mais de um ano, faz uma apresentação aos diretores de outras áreas sobre a importância de criar uma estratégia para a implantação do conceito *Just In Time* na empresa. Jeferson, diretor financeiro da empresa, o interrompe e diz que ouviu falar que o *Kanban* é mais eficiente que o *Just In Time* e perguntou a Mário por que a empresa deveria escolher o *Just In Time* e não o *Kanban*. Mário justificou corretamente que
- (A) o *Just In Time* é um conceito mais moderno e consolidado, em que o foco é agilidade e entrega em tempo recorde, independente dos custos logísticos internos; já o *Kanban* foca apenas na qualidade do produto produzido, sem pensar em sua disponibilidade para o cliente.
  - (B) o objetivo do *Kanban* é reduzir o tempo de fabricação, mesmo que isso implique geração de estoques temporários altos e custosos, pois ele parte do princípio de que a empresa precisa sempre ter produtos disponíveis para atender ao mercado, exatamente o oposto do que o *Just In Time* propõe.
  - (C) o *Kanban* é uma técnica japonesa ultrapassada, de tal forma que os próprios modelos de gestão logística já não o citam, e o *Just In Time* é um modelo consolidado e amplamente usado nas empresas alemãs e dinamarquesas, em substituição ao *Kanban*.
  - (D) o *Just In Time* é parte do *Kanban*, mas é preciso que a empresa primeiro implemente o *Just In Time* para, em seguida, implementar o *Kanban*, um modelo mais amplo em que toda a cadeia logística da empresa é revista e adaptada.
  - (E) o *Kanban* é um sistema com foco na produção, um meio usado para transmitir informação sobre apanhar ou receber a ordem de produção. O *Kanban* pode ser um dos componentes do conceito *Just In Time*, conceito mais amplo que abrange toda a cadeia de fornecimento da empresa.



40. Dentre as características do conceito de Governo Empreendedor, também conhecido como Gerencialismo na Administração Pública, está a implementação de um governo catalisador e competitivo. Estes atributos significam, respectivamente, que os governos
- (A) não devem assumir o papel de implementador de políticas públicas sozinhos, mas sim harmonizar a ação de diferentes agentes sociais na solução de problemas coletivos, e devem criar mecanismos de competição dentro das organizações públicas e entre organizações públicas e privadas, buscando fomentar a melhora da qualidade dos serviços prestados.
  - (B) devem restringir a participação da sociedade civil, centralizando a tomada de decisão, para maior controle das políticas públicas, e devem aumentar seus ganhos por meio de aplicações financeiras e ampliação da prestação de serviços pagos à população.
  - (C) devem focar na implementação de políticas públicas, limitando a ação de diferentes agentes sociais na solução de problemas coletivos, e devem criar mecanismos de competição dentro das organizações públicas e entre organizações públicas e privadas, buscando fomentar a melhora da qualidade dos serviços prestados.
  - (D) não devem assumir o papel de implementador de políticas públicas sozinhos, mas sim harmonizar a ação de diferentes agentes sociais na solução de problemas coletivos, e devem se apropriar de seu monopólio na prestação de serviços públicos para competir com as organizações privadas no mercado.
  - (E) devem substituir o foco no controle de *inputs* para o controle de *outputs* e impactos de suas ações, e para isso adotar a administração por objetivos, e devem envolver os funcionários nos processos deliberativos, aproveitando o seu conhecimento e capacidade inovadora, para competir com empresas privadas no mercado.
- 
41. Gilmar é responsável pelo processo de compras de um órgão governamental e precisa solicitar a compra de um produto feito com um tecido com fio especial, fornecido somente por uma empresa no mercado. Assim, acredita que possa fazer a compra sem passar pelo processo de licitação, informando sobre a exclusividade do fornecimento. Para isso, ele deve anexar ao processo de compra, dentre outros documentos,
- (A) contrato da empresa fornecedora e carta explicativa do gestor da área solicitante.
  - (B) carta explicativa do gestor da área solicitante, com aprovação de diretor responsável da área, informando o fato de fornecimento exclusivo.
  - (C) atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação, ou pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal.
  - (D) contrato da empresa fornecedora, especificando a exclusividade do produto no mercado.
  - (E) relatório detalhado de busca pelo produto na internet, certificado pela área de tecnologia do órgão público que ateste o fornecimento exclusivo do material.
- 
42. Para que os objetivos organizacionais possam ser alcançados, eles precisam cumprir, simultaneamente, seis critérios. Devem ser focalizados
- (A) no desempenho das ações no mercado, consistentes, específicos, mensuráveis, relacionados com o prazo de divulgação de balanços patrimoniais e alcançáveis.
  - (B) no desenvolvimento do produto, consistentes, específicos, mensuráveis, definidos sempre a cada ano e alcançáveis.
  - (C) em um resultado, consistentes, genéricos, mensuráveis, definidos sempre a cada ano e alcançáveis.
  - (D) em um resultado, consistentes, específicos, mensuráveis, relacionados com um período determinado e alcançáveis.
  - (E) em um resultado, consistentes, genéricos, mensuráveis, definidos no plano plurianual e alcançáveis.
- 
43. Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:
- (A) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.
  - (B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.
  - (C) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.
  - (D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.
  - (E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.



44. Na Administração Pública, uma nova linha gerencial busca tratar os cidadãos como clientes. Quatro tipos diferentes de clientes públicos podem ser definidos: primários, secundários, *stakeholders* e *compliers*. A definição correta de clientes secundários, *stakeholders* e *compliers* encontra-se em:
- (A) secundários: beneficiados diretamente pelos serviços públicos; *stakeholders*: demais interessados na Administração Pública e *compliers*: que prestam os serviços para os clientes secundários.
  - (B) secundários: beneficiados indiretamente pelos serviços públicos; *stakeholders*: demais interessados na Administração Pública e *compliers*: que se submetem às normas emanadas da Administração Pública.
  - (C) secundários: beneficiados diretamente pelos serviços públicos; *stakeholders*: demais interessados na Administração Pública e *compliers*: que se submetem às normas emanadas da Administração Pública.
  - (D) secundários: beneficiados indiretamente pelos serviços públicos; *stakeholders*: que se submetem às normas emanadas da Administração Pública e *compliers*: demais interessados na Administração Pública.
  - (E) secundários: beneficiados diretamente pelos serviços públicos; *stakeholders*: que prestam os serviços para os clientes secundários e *compliers*: demais interessados na Administração Pública.
- 
45. Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são:
- (A) A Administração Pública Gerencial não tem uma proposta de organização administrativa do aparelho do Estado, enfatizando iniciativas locais de organização e gestão pública, enquanto a Administração Pública Societal tem uma organização administrativa do aparelho do Estado que separa as atividades do Estado entre exclusivas e não exclusivas, considerando os três níveis governamentais.
  - (B) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.
  - (C) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão, enquanto a Administração Pública Societal é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano e enfatiza a eficiência administrativa fundamentando-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.
  - (D) A Administração Pública Gerencial é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano, enfatiza a eficiência administrativa e fundamenta-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Já a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais brasileiros e enfatiza a participação social, procurando estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão.
  - (E) A Administração Pública Gerencial enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas, enquanto a Administração Pública Societal enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.
- 
46. Na abordagem estrutural para administrar conflitos, ao observar um conflito que surgiu das percepções criadas pelas condições de diferenciação, o administrador deve
- (A) mostrar aos grupos certos interesses em comum, minimizando suas diferenças e identificando objetivos que possam ser por eles compartilhados.
  - (B) eliminar as equipes de papéis integradores dentro da organização.
  - (C) aumentar a interdependência e suas oportunidades de interferência, juntando os grupos fisicamente.
  - (D) utilizar sistemas de recompensas informais e de incentivos para recompensar o desempenho individual.
  - (E) evitar reuniões de confrontação entre as partes, para discutir as áreas de conflitos.
- 
47. A gestão de pessoas é um conjunto de processos dinâmicos e interativos, como agregar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas. Os processos de desenvolver pessoas são utilizados para
- (A) incluir novas pessoas na empresa.
  - (B) acompanhar e controlar as atividades das pessoas e verificar resultados.
  - (C) capacitar e incrementar o desenvolvimento profissional e pessoal.
  - (D) criar condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades.
  - (E) incentivar as pessoas a se esquecerem de suas necessidades individuais mais elevadas.



48. As habilidades técnicas, humanas e conceituais são importantes para que o administrador seja bem-sucedido. As habilidades humanas envolvem
- (A) a capacidade de comunicar e motivar pessoas e grupos.
  - (B) os processos materiais ou objetos físicos e concretos.
  - (C) a facilidade em trabalhar com teorias e abstrações.
  - (D) a facilidade na execução de técnicas relacionadas ao trabalho.
  - (E) a visão da organização, o diagnóstico das situações e a formulação de alternativas.
- 
49. O modelo de organização que estabelece os cargos segundo o princípio da hierarquia, em que cada cargo inferior deve estar sob o controle e supervisão de um posto superior, sendo que nenhum fica sem controle e supervisão e as ações se processam dentro de um conjunto mutuamente reconhecido de regras, é o
- (A) Contingencial.
  - (B) Sistemico.
  - (C) Neoclássico.
  - (D) Comportamental.
  - (E) Burocrático.
- 
50. Dentre as atividades-chave de um sistema logístico típico estão os serviços ao cliente, transporte, gerência de estoques e fluxos de informação e processamento de pedidos. Cabe à gerência de estoques o que consta em:
- (A) Regras sobre pedidos.
  - (B) Políticas de estocagem de matérias-primas e produtos acabados.
  - (C) Programação de veículos para coleta e entrega de pedidos.
  - (D) Determinar a reação dos clientes ao serviço.
  - (E) Métodos de transmissão de informação sobre pedidos.
- 
51. O tempo médio e a variabilidade do tempo estão entre as características mais importantes de desempenho do transporte. O tempo médio de entrega é calculado como
- (A) a velocidade mínima alcançada pelo transporte entre origem e destino.
  - (B) o tempo mínimo do percurso de um transporte entre origem, destino e volta à origem.
  - (C) a velocidade máxima alcançada pelo transporte entre origem e destino.
  - (D) o tempo médio do percurso de um frete entre origem e destino.
  - (E) o tempo máximo do percurso de um frete entre origem e destino.
- 
52. A administração de materiais pode ser dividida em três especialidades complementares: gestão de estoques, gestão de compras e gestão dos centros de distribuição. A gestão de compras
- (A) atende às necessidades de reposição dos materiais dos estoques planejados.
  - (B) resulta no controle físico dos materiais armazenados.
  - (C) trata do gerenciamento dos materiais, analisando a necessidade de reposição de itens das diversas áreas da empresa.
  - (D) envolve atividades vinculadas ao recebimento de materiais, movimentação e estocagem.
  - (E) aplica os sistemas de controles dos estoques.
- 
53. Em relação aos atos administrativos, o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados é denominado
- (A) Visto.
  - (B) Despacho.
  - (C) Circular.
  - (D) Portaria.
  - (E) Alvará.
- 
54. Os contratos administrativos em que a Administração Pública é uma das partes possuem as seguintes características:
- (A) Não exigência de garantias e não obrigatoriedade do procedimento legal.
  - (B) Finalidade pública e obediência à forma prescrita em lei.
  - (C) Ausência tanto de finalidade pública quanto da obrigatoriedade do procedimento legal.
  - (D) Ausência de contrato de adesão e possibilidade de subcontratação ou transferência do objeto.
  - (E) Não obrigatoriedade do procedimento legal e ausência de contrato de adesão.



55. O conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos é denominado
- (A) Homologação.
  - (B) Contraposição.
  - (C) Ato enunciativo.
  - (D) Concessão.
  - (E) Procedimento administrativo.
- 
56. A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,
- (A) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.
  - (B) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
  - (C) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
  - (D) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
  - (E) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- 
57. A distribuição interna de competências feita pela Administração Pública dentro da mesma pessoa jurídica é denominada:
- (A) Descentralização administrativa.
  - (B) Descentralização por delegação.
  - (C) Centralização administrativa.
  - (D) Desconcentração administrativa.
  - (E) Descentralização por outorga.
- 
58. As principais diferenças entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas são
- (A) sujeição ao controle estatal e criação autorizadas por lei.
  - (B) a forma de organização e a composição do capital.
  - (C) criação e extinção autorizadas por lei.
  - (D) personalidade jurídica de direito privado e sujeição ao controle estatal.
  - (E) desempenho de atividade jurídica de natureza econômica e personalidade jurídica de direito privado.
- 
59. Os documentos que deverão ser arquivados definitivamente, preservados e que, portanto, não devem ser eliminados são chamados de
- (A) Privados.
  - (B) Administrativos.
  - (C) Intermediários.
  - (D) Correntes.
  - (E) Permanentes.
- 
60. O setor encarregado de receber, registrar e distribuir documentos é denominado de
- (A) Despacho.
  - (B) Arquivo.
  - (C) Protocolo.
  - (D) Apensação.
  - (E) Desapensação.